OCIDADES

Violência contra a mulher A Terceira Secretária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, deputada Érika Amorim escreveu em suas redes sociais, fez pronunciamentos na Alece, concedeu muitas entrevistas sempre defendendo a mulher de tan-

muitas entrevistas sempre defendendo a mulher de tan-tas impressões, racismo e muita violência. Revelou taxa-tivamente:" Volto a colocar nas linhas de um artigo uma pauta que me sensibiliza e mobiliza muito das minhas lutas enquanto mulher, mãe, filha, parlamentar: a violên-cia contra a mulher no Ceará". Afirmou Erika Amorim (Foto), que também foi primeira-dama de Caucaia, que " Nos primeiros cinco meses do corrente ano, os dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado (SSPIS): pontaram que o Ceará registrou mais de 7.500

(SSPDS) apontaram que o Ceará registrou mais de 7.500 casos de violência contra mulher, uma média de 50 casos

ANTONIO VIANA

Gonzaguinha, Comecaram ontem. 21, as obras de demolição do antigo prédio do Gonzaguinha de Me jana. A reforma objetiva adequar a unidade ao plano de modernização da rede hospitalar municipal. De do com a Prefeitura, o entulho proveniente da demolição será reaproveitado como Brita Graduada Sir



Denúncias de tortura dentro de presídios são frequentes

De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em 2021 houve 37 denúncias a mais que em 2019

Em novembro de 2022, 6 policiais militares viraram réus após denúncia do Ministério Público do Ceará (MPCE) de tortura contra detent uma unidade prisional de Itai-tinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. De acordo com os relatos, haveria indícios de que os policias teriam come-tido, pelo menos, 35 crimes de tortura em setembro deste ano. A Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos da Se-gurança Pública e Sistema Pe-nitenciário (CGD) informou que também instaurou proces so disciplinar para devida apu-ração na seara administrativa, estando este atualmente em fase de instrução

Com a inspeção realizada, constatou-se que diversos de-tentos apresentavam marcas como hematomas, escoriações e lesões corporais, que pare-ciam ser recentes. De acordo com o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidade Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, Renato Roseno, a situação não é incomum no estado e casos semelhantes são relatados com frequência. "Os principais denunciantes são os familiares. Já recebemos denúncias por parte de pessoas que prestam assistência religiosa servicios por la composição de composições de co também. Um dos casos mais graves recentemente desco-bertos foi feito por um inter-no durante audiência. Como foi apurada imediatamente pelo juiz da corregedoria dos presídios e houve a ação coordenada junto ao MP e Defensoria, e a situação foi de

fato constatada", afirma. Em 2019, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALECE recebeu 12 denúncias de tortura relacio-nadas ao ao sistema prisional e ao socioeducativo. Durante A tortura é considerada um crime hediondo e pode ser caracterizada tanto por ações quanto por omissões todo o ano de 2021, o número aumentou para 49. De acordo com o presidente, a tortura pode se dar por ação ou por omissão, podendo ainda, ser contra uma pessoa ou muitas. "Ela pode ser, por exemplo, a supressão de água, de comida, o isolamento longo e injustificado, a tortura psicológica e a agressão fisica", exemplifica.
Roseno conta que alguns todo o ano de 2021, o número

agressao fisica, exemplifica.
Roseno conta que alguns
procedimentos adotados
como rotina nas unidades
também podem ser enquadrados como tortura. "São situações em que os internos podem ficar parados por mui-to tempo numa mesma po-sição. Recebemos denúncias, por exemplo, de pessoas com ânus lesionado por ficar muito tempo agachado no sol quen-te. Há denúncias recorrentes de lesões nos dedos, que são indicativos de agressão com a tonfa. Também há situações de humilhação dos internos com os torturadores forçando práticas libidinosas entre eles. Além disso, há falta de condições de saúde, de acesso a medicamen-tos e alimentos", relata.

Da mesma forma, há de núncias de falta de água para beber em unidades; superlota-ção, com celas em que não há colchões nem espaço para os internos deitarem; condições sanitárias ruins, com presença de mofo e vazamentos. Nesse contexto, no início de novem-bro, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) teve um encontro com integrantes do Comitê Estadual de Prevenção e Com-bate à Tortura (CEPCT) para discutir o fortalecimento das ações voltadas à garantia de di-

reitos de pessoas apenadas ou em privação de liberdade. Na época, a presidente do TJCE, a desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, declarou que os esforços para prevenir esse tipo de situação nos presídios do estado são contínuos. "Além de participar do Comitê, o Tribunal tem o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, que já atua nesse sen-tido", detalhou. Na ocasião, o CEPCT solicitou que houvesse a capacitação dos magistrados para que haja uma atuação prática dos atores do judiciá-rio na prevenção e no combate à tortura. Além disso, o TJCE a tortura. Alein disso, o IPCE informou que há a intenção de implantação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, que proporcionará a realização de uma

avaliação periódica do Sistema Prisional, como já é feito pela ferramenta a nível nacional. Renato Roseno, inclusive,

afirma que, no Ceará, já houve visitas do Mecanismo Nacio-nal e do Conselho Nacional de Justiça que atestaram existir tortura como prática corren-te nas unidades prisionais do Estado. Nesse sentido, o presi-dente da Comissão de Direitos Humanos da ALECE, afirma que o projeto de lei que cria o Mecanismo Estadual de Preven-ção e Combate à Tortura, com ção e Combate à Tottura, com peritos especializados no tema, está há seis anos pronto, aguar-dando ser enviado pelo governo para a Assembleia Legislativa. É válido ressaltar que o cri-me de tortura é considerado hediondo, ou seja, é inafian-çiavel e insuscetível de graça, indulto, ou apistis fiança e

indulto ou anistia, fiança e liberdade provisória. As pe-nas variam entre 2 e 8 anos de reclusão. Para a lei brasileira, enquadra-se como tortura tanto constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, sorrimento fisico ou mental, mesmo que seja para obter in-formação, declaração ou con-fissão da vítima ou de terceira pessoa; quanto submeter pes-soa presa ou sujeita a medida soa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento fisico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto
em lei ou não resultante de
medida legal.

As penas podem ainda, ser
aumentadas se resultarem em
lesões corporais de natureza
grave, gravissima ou morte; ou
se forem cometidas por agentes

se forem cometidas por agentes públicos. A condenação acarre-tará na perda do cargo, função ou emprego público e na inter-dição para seu exercício pelo do-bro do prazo da pena aplicada. Por Yasmim Rodrigues



Reação enfática

Reaçao entatica

A considerada excelente esposa, mãe, deputada estadual e uma das mais atuantes primeiras-damas do município de Caucaía, em todos os tempos, tem uma forte reação contra a situação. E afirma: "Até quando vamos ler manchetes de mulheres sendo vítimas de violência ou até mesmo assassinadas por serem mulheres? Mortas pelos próprios companheiros?".

Ação governanental

Em seus argumentos a deputada Érika Amorim para benizou uma recente ação coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a chamada Operação Maria da Penha, que registrou no Ceará o quarto maior número de agressores presos do Nordeste, no caso, 212, exatamente por agressão doméstica e feminicídio, ficando atrás apenas dos Estados de Pernambuco, Ma-ranhão e Bahia.

Destacou Érika Amorim que o Estado do Ceará foi o quarto colocado em número de boletins de ocorrência (1.534) e medidas protetivas de urgência (441) emitidas durante a Operação mencionada. Ações que na opinião da deputada do PSD, merecem o reconhecimento do Poder Legislativo Estadual Cearense e que ser cada vez mais replicadas, oferecendo amparo as mulheres.

Continuação do trabalho

Revelou ainda a deputada Erika Amorim que: "No Parlamento, sigo na defesa da Bandeira. Além de proje-tos que viraram lei (como a prioridade no atendimento na rede de saúde pública e privada às mulheres vitimas de violência), sou autora do projeto que sugere a cria-ção de salas para atendimento especializado exclusivo para mulheres e por mulheres nas delegacias comuns".

Também disse Érika Amorim que assinou a proposta que busca tornar realidade o Programa "Tem Saída", uma iniciativa par a prestar apolo às mulheres para que elas retomem suas vidas, igualmente, na esfera profis-

Apoio de todos

Fechando sua fala e entrevista sobre "Violência contra a mulher: até quando?", Érika Amorim ressalta:"
Repito o que já é recorrente nas minhas argumentações e falas, de que é preciso fortalecer as mulheres e injetar nelas a coragem de quebrar o ciclo da violência e denunciar seus agressores".

Como fazer

O recado da deputada Érika Amorim é para todos os 184 municípios do Ceará, capital e os outros 183, "Temos que esclarecer que violência não é apenas aquela que deixa marcas visíveis no corpo, mas que também se configura como agressão a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral. Mulheres não se calem! Ligue 180"

oviana@oestado.com.br

unequi en Bederille. - Contratiente e agratativo Socretians dei Anatomica dei Lans Seminantion Società dei Anatomica dei Anatomica

Toma pública que REUX de Mercia DE COMBUSTÍVEIS L'IDA

Toma pública que REUX de Superintendiéncia Estadual de Meio Ambit
CE, a Licença Prévia (L.P.) para COMERCIO VAREJEITA DE COMBUSTÍVEIS I
LOS AUTOMOTORES, na cidade de Sobral, no endereço Av. Maria da Conc

de Azevedo, n° 735 - Bairro VISVES carlande, CEP 6.055-136, no Estado

CNPI 47-967-499/001-1. Hoi determinado o cumprimento das SMACI.

Tens normas e instruções de licenciamento da SEMACI.

22.11.11.1. A Presidente da Comissão de Licitação da Câmara retefficar o avisso de licitação publicado na edição do dia 17/11 stado, onde se lê Tomada de preços 2022.11.11.1 passará a s 222.11.10.1 Informações pelo (88) 3561-4031 ou na sede da Vin nº 2071 - Centro. Icó - CE, 21 de novembro de 2022. Anna nº 2071 - Centro. Icó - CE, 21 de novembro de 2022. Anna

JMC EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA

umprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEM POUSADA CASA CANTO DAS AGUAS EIRELI - ME

DA DE PREÇOS N